

**RELATÓRIO DA
COMISSÃO NACIONAL
DA MEMÓRIA,
VERDADE E JUSTIÇA DA CUT**

**RELATÓRIO DA
COMISSÃO NACIONAL
DA MEMÓRIA,
VERDADE E JUSTIÇA DA CUT**

São Paulo
2015

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 – 03041-000, São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 2108-9200

E-mail: cut@cut.org.br

www.cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R382 Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT / Central Única dos Trabalhadores - Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2015.

128 p. ; il.

ISBN 978-85-89210-54-6

1. Central Única dos Trabalhadores. 2. Movimento sindical. 3. Movimento social.
4. Ditadura militar. 5. Golpe militar. 6. Direitos humanos. 7. Brasil - História. I. Título.

CDU 341.94(81)

CDD 341.55639

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT BRASIL

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney

COMISSÃO NACIONAL DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Coordenador

Expedito Solaney

Membros da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça

Vagner Freitas de Moraes

Sérgio Nobre

Expedito Solaney

Indalécio Wanderley Silva

João Batista Gomes

José Rodrigues Sobrinho

José Soares Malta

Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos

Luiz Eduardo Greenhalgh

Luiz Henrique Alves Pereira

Márcio Mauri Kieller Gonçalves

Maria José Soares de Lima

Oswaldo da Silva Bezerra

Paulo Vannuchi

Rubens Marques de Sousa

Assessoria

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (Coordenador)

Adalto da Silva Carvalho

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Marcus Vinicius Alves

Tatiani Carmona Regos

Secretaria de Políticas Sociais

Maristela Monteiro Pereira

Supervisão Editorial

Antonio José Marques

Projeto Gráfico e Diagramação

NSA Gráfica e Editora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A luta da CUT por memória, verdade, justiça e reparação 9

Vagner Freitas

PREFÁCIO

Memória, verdade, justiça e reparação. Punições para os crimes da ditadura 11

Exedito Solaney

RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DA CUT

PARTE I

Mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar e na transição civil 15

PARTE II

Capítulo 1

Atos da CUT por memória, verdade, justiça e reparação 31

Capítulo 2

Atos sindicais unitários por memória, verdade, justiça e reparação 37

Capítulo 3

Participação em outras atividades 43

Capítulo 4

Apoio à Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT 49

PARTE III

Capítulo 1

Pesquisa e Documentação 51

Capítulo 2

Encontro Nacional de Comissões da Verdade dos Sindicatos CUTistas 61

Capítulo 3

Recomendações do Coletivo Sindical de Apoio do GT Trabalhadores da CNV e da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT 65

Capítulo 4

Algumas fontes sobre violações de direitos humanos no acervo CEDOC CUT 71

PARTE IV

ARTIGOS

Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura 81

Antonio Luigi Negro

As violações econômicas e sociais durante a ditadura militar (1964-1985): a questão salarial 87

Leandro Horie, Adriana Marcolino e Rafael Soares Serrao

Os trabalhadores do campo e a repressão nos anos de ditadura militar 95

Leonilde Servolo de Medeiros

Repressão às greves e às liberdades sindicais durante a ditadura militar 101

Augusto Portugal e San Romanelli Assumpção

O vó da morte: Operação Condor e seus impactos para os trabalhadores sul-americanos 107

Jana Silverman

ENTREVISTA

Paulo Vannuchi 115

ANEXOS

Os 11 pontos do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade 119

Depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça da CUT 121

Apoio nas pesquisas, documentação e artigos 123

PARTE IV

Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura

Antonio Luigi Negro¹

Não resiste ao exame dos fatos o preconceito segundo o qual os trabalhadores assistiram derrotados o arrocho salarial após o Golpe de 64 e, em seguida, abandonaram a luta quando veio o “milagre” econômico. Por um lado, boletins de fábrica são evidências de corajosas iniciativas de enfrentamento da exploração patronal e da ditadura. Por outro lado, a preocupação da polícia e dos patrões com o movimento operário nos locais de trabalho, ou nas ruas e bairros – e mesmo nos tão bem vigiados sindicatos – é prova de seus receios perante os trabalhadores. Precisamos ir mais a fundo na revelação da verdade. Grupos e greves de fábrica, assim como a militância sindical e dos movimentos sociais, em bairros e igrejas, contra a ditadura, foram atitudes operárias que marcaram os anos 1960 e 1970. Quando os trabalhadores são considerados seriamente – olho no olho –, a visão enxerga aquilo que pensaram, disseram e fizeram.

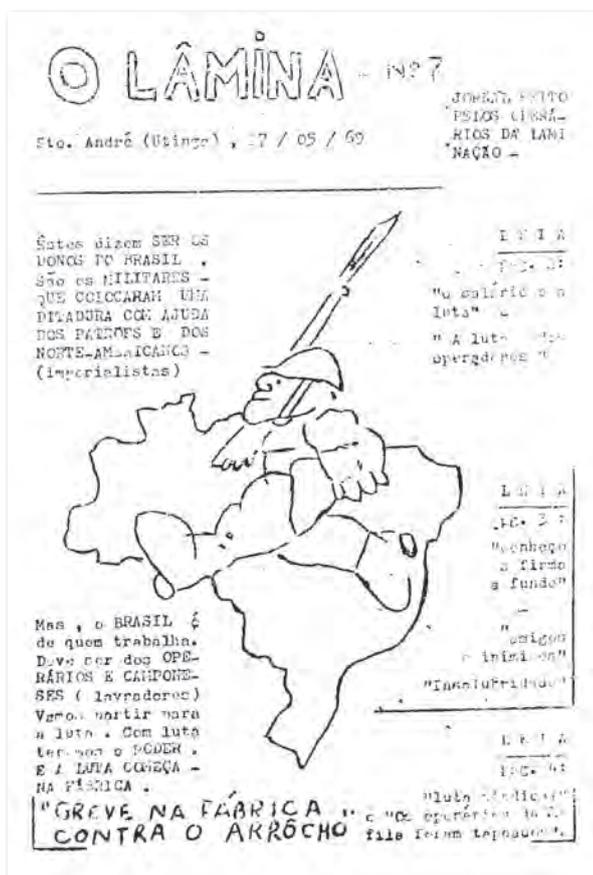
Uma parte notável de sua História aparece nas reportagens que o jornalista José Casado publicou no *Globo* entre 15 e 18 de maio de 2005. De novo veio dos arquivos um documento que atesta – cristalinamente – o envol-

vimento de organizações civis com líderes das Forças Armadas e policiais a serviço da ditadura, comprovando que as empresas do setor industrial agiam em comum acordo com o aparelho repressivo na perseguição aos trabalhadores. A aliança empresarial-policial já existente contra o movimento operário desde muito tempo antes do golpe foi, nesse sentido, um degrau

confiável para implantar a ditadura civil-militar do pós-64.

Quase um ano depois do AI-5, ofício do titular da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD para o diretor-geral de Polícia do Dops (datado em 12 de novembro de 1969) envia relatório sobre reunião de “autoridades militares” do 4º Regimento de Infantaria e do 10º Batalhão Policial com policiais e “dirigentes de firmas”. Compareceram representantes das indústrias General Motors, Chrysler, Firestone, Philips e Constanta. A Volkswagen, que representava nessa data a maior concentração de investimentos capitalis-

tas dos alemães fora da Alemanha, enviou um major por ela contratado para comandar seu departamento de segurança interna, sendo ele, portanto, o responsável pela “ordem” na maior fábrica automobilística do Brasil daquele momento. Nessa ocasião, detectaram-se os problemas e buscaram-se soluções, sendo



Boletim de operários metalúrgicos de Santo André - maio de 1969. Acervo: Coleção Celso Frederico

¹ Professor do Departamento de História da UFBA e pesquisador CNPq.

uma delas a organização do “Grupo de Trabalho”. Decidiram comprar “mapas do Grande ABC e outros artigos”, talvez aparelhos para espionagem ou, quem sabe, inquérito (e tortura?). Em acréscimo, esses dirigentes civis, militares e policiais entendiam que lhes era necessário uma “comunidade de informações”, a fim de agir de modo entrosado. Suas ações deviam ser articuladas por um Centro de Coordenação localizado em Santo André. Sinteticamente, a ideia era mobilizar recursos humanos e materiais para mapear e neutralizar a presença dos trabalhadores nas fábricas, ainda que fossem frágeis protestos, rápidas paradas ou distribuição de panfletos e boletins. “Estávamos defendendo nossas empresas dos terroristas, da subversão”, contou ao *Globo* Synésio de Oliveira, representante da Constanta. “O esquema era”, ele resumiu sem maiores detalhes, “se houvesse um caso suspeito, comunicávamos à comunidade”. O que a comunidade a seguir fazia não foi revelado.

Muito bem estabelecida no período democrático (1945-1964), a aliança empresarial-policial era uma sólida e estreita parceria que deu origem a um dos mais sinistros fenômenos da História do Brasil. O sádico Boilesen a se deleitar com torturas que voluntariamente presenciava, veículos emprestados à repressão pelos jornais da grande imprensa, donativos de ricos burgueses, a Operação Bandeirantes (Oban), etc. são estrelas fúnebres dessa constelação estendida em rede com uma finalidade de controlar e neutralizar os trabalhadores; com regular brutalidade. É, pois, certo o relatório do GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical ao observar que a aliança empresarial-policial, “estabelecida durante o período anterior, transformou-se em aliança empresarial-policial-militar”. O sufoco vivido pelos trabalhadores foi transformado em guilhotina. Quem levantasse a cabeça seria cortado. Os trabalhadores, contudo, se mantiveram ativos.

Em fevereiro de 1970, ao “sorratamente” avistar-se com um colega policial, um investigador descobriu que havia uma “ronda” próxima ao Sindicato dos

Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Nas imediações, ele notou a presença de colegas de trabalho. Juntou-se a eles ao final da assembleia e rumaram para a delegacia seccional de polícia do ABC. Ele se pergunta, finalizando seu relatório, se o tom moderado dos oradores se devia a uma convicção ou ao “receio de externar seus pensamentos contraditórios à sociedade, de mostrar-se revoltados”, já que isto “acarretaria certas medidas cautelosas por parte da polícia”.

As medidas a serem tomadas tinham uma tarefa a cumprir e uma História para lembrar. Em réplica da Delegacia de Polícia de São Bernardo a questionário do Dops, a missão era salvaguardar o dito milagre econômico, verdadeiro inferno nas fábricas, ruas e bairros operários. Não por acaso, indicaram que o município estava “em franco progresso, mercê especialmente da atuação das indústrias automobilísticas”. E a História então lembrada foi a anterior ao Golpe de 64. “Antes do período revolucionário o município foi alvo de diversas agitações, especialmente ligadas aos trabalhadores das indústrias”, apontaram. “As greves passaram a ser mais ou menos freqüentes”. Em contraste, após o Golpe de 64 sobreveio “um período de calma”, com sindicatos sob intervenção do Ministério do Trabalho, arrocho salarial, recessão da economia, fim da lei da estabilidade no emprego e rotatividade, nova lei de greve e demissões em massa.

Resposta parecida deu, em 15 de agosto de 1969, um grupo de executivos representantes de sete companhias estadunidenses atuantes no Brasil. Em atendimento a uma consulta do cônsul dos EUA, eles classificaram como “dóceis” os sindicatos brasileiros. A fim de melhorar a troca de informações sobre “segurança industrial”, manifestaram todos uma “considerável” disposição em aperfeiçoar a comunicação. “Sabotagens terroristas” – e não campanhas sindicais ou leis trabalhistas – eram o que preocupava esses homens de negócio. No entanto, o que foi chamado de sabotagem terrorista podia ser manifestação de protesto contra o arrocho salarial, um dissídio dire-

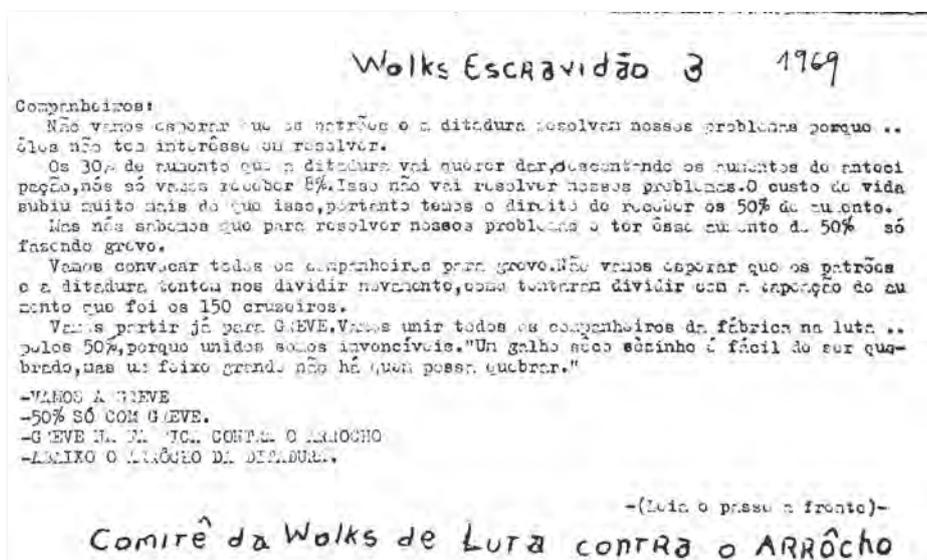
tamente exercido pelos trabalhadores. Além disso, é bom que se diga que boa parte dessa opinião sobre a docilidade dos sindicatos se devia tanto à repressão estatal quanto a uma certa relutância (ou esnobismo) em admitir que os trabalhadores eram um assunto digno de ser considerado por gente tão relevante. Não era de bom tom prestar atenção em operários e seus representantes ignorantes e iletrados. Todavia, Leigh Payne encontrou indícios de que Ford, Mercedes-Benz, General Electric, Siemens e Nestlé foram contribuintes da Oban.

Embora minúsculo, um mosquito encontrado nos banheiros da Ford-Willys em 14 de outubro de 1970 foi recolhido e arquivado. Nele se lê uma exortação aos “companheiros”. “Uma comissão levará ao conhecimento do governo federal e do sindicato” a ocorrência de demissões, “solicitando medidas severas para o caso”. Sóbrio e cauteloso, o mosquito avoa com um simples “avante”. Não muito distante da fábrica da Ford de São Bernardo, a Seccional de Polícia envia ao Dops lista de empregados da Chrysler pedindo informações sobre seus antecedentes. O Dops, em contrapartida, gostaria de ter maiores esclarecimentos acerca de distribuição do boletim O Ferramenta, na Volkswagen, distribuído quando saiu da linha de montagem o milionésimo veículo. Nada negligente, a

Seccional endereçou ao Dops a lista de admitidos no Serviço de Segurança Industrial da poderosa firma alemã. Todo cuidado era pouco.

Nem tudo se tratava de intercâmbio entre colegas da comunidade de informações. Admitido na fábrica de São Paulo da Volkswagen Ipiranga em fevereiro de 1970, Waldemar Rossi foi demitido em 12 de outubro. O serviço de segurança particular da Volks soube que ele havia defendido a proposta de operação tartaruga em assembleia da categoria metalúrgica paulistana, para pressionar os patrões a melhorarem os salários. Na ficha fornecida pela empresa à Delegacia Seccional de Polícia do ABC (repassada em seguida ao Dops), não consta sua profissão mas está registrada sua candidatura pela Oposição Sindical Metalúrgica.

Em maio de 1971, o boletim Venceremos declara que o Dia do Trabalhador seria de luto, por causa das então recentes mortes de Virgílio Gomes da Silva, Devanir José de Carvalho, Raimundo Eduardo da Silva e Olavo Hansen. Todos os quatro haviam sido empregados em fábricas de São Paulo e do ABC. E também haviam militados no movimento operário e sindical. Nascido em Santa Cruz (RN) em 1933, Virgílio era um migrante nato. Ainda criança mudou-se com a família para o Pará, onde o pai se empregou no seringal Fordlândia, fazenda de borracha de Henry Ford. Em



Boletim dos operários metalúrgicos da Volkswagen - São Bernardo do Campo, 1969. Acervo: Coleção Celso Frederico

São Paulo, trabalhou na Nitroquímica. Com o nome de Jonas, era, ao falecer, dirigente militar da Ação Libertadora Nacional. Mineiro de Muriaé, nascido em 1943, Devanir chegou ao ABC com a família e, nos anos 1950, se tornou metalúrgico do ABC. Abatido a tiros de metralhadora, foi recolhido e entregue ao delegado Fleury. Chegado ao mundo em 1948, Raimundo veio de Formiga, interior de Minas, para Mauá no grande ABC. Atuou no Jardim Zaíra e foi operário em fábrica. Esfaqueado numa briga, foi retirado do hospital e conduzido ao DOI-Codi, onde foi torturado. Olavo era paulistano (1937) e tinha instrução, sendo abnegado ativista da maior categoria metalúrgica do Brasil, a de São Paulo capital. Capturado numa panfletagem comemorativa do Primeiro de Maio de 1970, viveu o inferno nos presídios até ser levado ao Dops, onde, torturado, não resistiu. Hipocritamente, toda a dedicação de interesse nos trabalhadores e de levantar e arquivar minuciosas informações sobre eles sumiam na hora de providenciar detalhes sobre o que lhes aconteceu, quais eram os seus paradeiros e porque foram desrespeitados em seus direitos mais básicos de cidadania e humanidade, nas dependências de instituições da República: polícia, casa de detenção, justiça, hospital e cemitério.

Como foi dito, os trabalhadores, mesmo assim, não arredavam o pé. Sebastião Ornaci Sabóia, funileiro, depois de admitir, no Setor de Segurança Industrial, haver “danificado dolosamente, e com o propósito de atrasar a produção, máquinas” de seu setor foi dispensado pela Volkswagen. Perante o delegado, instaurado inquérito, “negou a imputação a ele feita”. Sendo a Volks constantemente denunciada como um campo de concentração nazista, dá para entender porque Sebastião confessou seus atos na fábrica e os negou na polícia.

Em 1974, uma paralisação na General Motors nos faz ver outra vez a aliança empresarial-policial. No arquivo, dos dois documentos sobre ela, um é da polícia e outro, da própria firma, o que é indício de ação combinada. Logo foi visto ser a iniciativa “absolutamente

pacífica”, sem “agitação”. Em conversa com os empregados, estes retrucaram “nada ter com sindicato, sendo a atitude do próprio grupo”, que estava “sofrendo muito” com o “pouco dinheiro”. O representante da firma declarou, então, ter exigido “que voltassem ao trabalho para dialogar com os representantes”, prometendo “‘estudar’ os problemas”. Pediu também que os funcionários procurassem a chefia “ao invés de parar”. Esse era o caminho: o do diálogo. Parecia. Mas acionaram os feitores ao mesmo tempo. Um aviso deixou claro para os chefes que “todos os empregados” deviam ficar “cientes” da ilegalidade das paralisações (e que “tais fatos” não podiam “mais ocorrer”). Esse era o limite, bem apertado, que a confissão do representante patronal indica: “temos, até certo ponto, um compromisso de dar uma resposta às reivindicações”.

É difícil saber se o compromisso foi honrado, isto é, se alguma resposta foi dada, sim ou não, se foi boa ou não, para os trabalhadores. Na verdade, restabelecida a normalidade daqueles dias, é provável ter sido desfeito o compromisso de dar satisfação aos trabalhadores. Talvez por isso, no mês seguinte, os ferramenteiros da Volks largaram o serviço às 5 da manhã, quando deviam fazê-lo às 6, cancelando também suas horas extras. Aqueles que renderam os colegas chegaram na hora habitual mas só pegaram no serviço entre 7 e 7:30 – e isto porque seus chefes e elementos do Departamento de Pessoal pressionaram. Em contato com o Setor de Segurança Industrial da Volkswagen, a polícia se inteirou de detalhes. “A paralisação em tela vem de ser feita no sentido de coagir a indústria a efetuar reposição salarial”. Tendo sido um “movimento organizado, sem alardes nem distúrbios”, não se proporcionava “ao observador a oportunidade de vislumbrar possível liderança”. Ainda mais, parecia ser uma articulação tecida também por fora das fábricas, havendo “uma orientação única e já pré-estabelecida no que diz respeito à firma, setor, hora, dia e turno de serviço”. Os trabalhadores pareciam ter um “escalonamento”. Era “voz corrente” que a paralisação seguinte seria na Ford do Brasil. Aqui, o que claramente se vê é

a capacidade dos metalúrgicos de se organizarem após duríssimas derrotas. Entre 1968 e 1978, as lutas de 1973 e 1974 não podem ser esquecidas.

Inúmeras características biográficas dos trabalhadores e das trabalhadoras do ABC refletem a experiência da classe operária no Brasil. A ancestralidade indígena e africana, e também a europeia ou asiática, a origem rural ou o bairro operário citadino, os laços familiares e as estratégias para lidar com uma vida inteira (educação e saúde, trabalho e aposentadoria), casa própria, casa de aluguel ou para alugar, religião e festa, namoro ou amizade,

casamento e separações, filhos e velhos, etc. têm enorme peso em suas vidas. Para lidarem com tudo isso, animam uma cultura operária que vibra e repercute a loquacidade da fala, a argúcia da atitude, a inteligência da emoção e a força da prática. Sua presença amistosa e risonha também pode ser imponente e circunspecta, ou inclusive constrangedora. Este é o arsenal que a gente a mais comum, nos lugares os mais ermos, mas com astúcia em defesa de sua dignidade, construiu para derrubar a ditadura e construir a democracia. Que a verdade seja dita e conhecida.

Referências bibliográficas

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

FARIA, Hamilton, A Experiência Operária nos Anos de Resistência. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário. São Paulo, dissertação de mestrado em Ciências Sociais (PUC), 1986.

FREDERICO, Celso (org.), A Esquerda e o Movimento Operário, 1964/1984. Vol. 1-3. São Paulo, Novos Rumos, 1987.

NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de Montagem. O Industrialismo Nacional-Desenvolvimentista e a Sindicalização dos Trabalhadores. São Paulo, Boitempo, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi, "Servir ao Povo de Todo o Coração: Mulheres Militantes e Mulheres Operárias no ABC na década de 1970". In: Cecília MacDowell Santos; Edson Teles; Janaína de A. Teles (org.), Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2009.

PAYNE, Leigh, Brazilian Industrialists and Democratic Change. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1994.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SOUZA-LOBO, Elisabeth, A classe operária tem dois sexos. São Paulo, Brasiliense, 1992.